

Cómo citar este trabajo: Dantas, Lucas Silva (2024). Educação (tr)ancestral e contra-colonial – um diálogo entre dois corpos trans docentes. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 12 art.7, 01-13. <https://doi.org/10.46661/relies.11254>

Educação (tr)ancestral e contra-colonial – um diálogo entre dois corpos trans docentes

(tr)ancestral and counter-colonial education – a dialogue between two trans teaching bodies

Lucas Silva Dantas

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

lucaseducadore@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4112-5363>

Mari Costa de Chirico

Universidade de São Paulo (Brasil)

maripontocosta@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-7395-9013>

Resumo

Recepción: 15.09.20XX

Aceptación: 21.11.2024

Publicación: 29.11.2024



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

Este artículo parte do diálogo entre dois corpos trans que ocupam lugares diferentes dentro dos sistemas de educação na cidade de São Paulo, entre a perspectiva de quem leciona na educação básica e de quem leciona na educação superior. O que tange nosso encontro são duas urgências: a necessidade de re-conhecer transcestralidades em nossa história, e a lacuna de debates sobre gêneros e sexualidades dentro das formações de professorias. A metodologia utilizada para inspirar essa produção é denominada por bell hooks como diálogo de colaboração, ferramenta presente no seu texto “A construção de uma comunidade pedagógica, um diálogo” (1994). O foco desta metodologia é estabelecer um diálogo entre duas educadoras com o objetivo de transformá-lo em intervenções úteis, capazes de cruzar as fronteiras e as barreiras que são erguidas pela raça, pelo gênero, pela sexualidade etc. A partir desse diálogo e debate entre dois corpos trans educadoras, seus relatos e suas propostas se transformarão em material de análise para o esgarçamento das fronteiras que impedem que as questões de gênero e sexualidade triunfem na educação, fazendo deste um lugar de desafio, crescimento e intercâmbio dialético. Os principais resultados apontam para uma prática dialógica que precisa ser implementada no espaço escolar para deslocar as questões de gênero e sexualidade do apagamento para a profundidade e visibilidade. Essa troca proporciona a educadoras e alunas um autorreconhecimento de si mesmas e a criação de um novo currículo a partir de uma perspectiva contra-colonial e transcestral.

Palavras chave: Transcestralidade, Contra-colonialidade, Gênero, Educação.

Abstract

This paper starts at the dialogue between two trans bodies that occupy different spaces at São Paulo educational system, between the perspective of those who teach elementary and college level education. Regarding our gathering, there are two urgencies: the need to both recognize and know transancestries in our history, and the debate gap on the gender and sexualities at teacher's formation grounds. The methodology used to inspire this production is called by bell hooks collaboration dialogue, a tool that is present at their text “Building a teaching community” (1994). The focus of this methodology is establishing a dialogue between two teachers aiming to transform it into useful interventions, able to cross the borders and barriers that are imposed by race, gender, sexuality, etc. From this dialogue and debate between two trans educator bodies, their statements and propositions will turn into analysis material in order to bend frontiers that stop gender and sexuality issues to triumph on education, making this space a challenge, growth and dialectic exchange. Main results point to a dialogic practice that must be implemented at school spaces in order to shift gender and sexuality issues from deletion to visibility and depth. This exchange provides educators and students with self-recognition and the creation of a new curriculum from a counter-colonial and transcestral perspective.

Key words: Transcestry, Counter-coloniality, Gender, Education.

1 Introdução

Este é um artigo construído, escrito e produzido por dois corpos trans, docentes, inquietos, ansiando equidade, justiça, liberdade, emancipação, uma escola anti-LGBTfóbica. Dois corpos que lutam com diferentes espadas a mesma guerra, que trilham o mesmo caminho com sapatos diferentes, mas que engolem a mesma poeira que tenta nos engasgar, tirar a voz, bagunçar a nossa fala, omitir e anular nossa presença. Este artigo nasce da necessidade de sistematizarmos nossas questões, porque entendemos que essas também são as questões de muitos outros. Mas nasce sobretudo com o objetivo de re-conhecer transcestralidades em nossa história, e buscar preencher a lacuna de debates sobre gêneros e sexualidades dentro dos processos formativos de professorias.

Para dar forma e corpo a esse encontro nos inspiramos na metodologia de bell hooks¹, quando propõe em seu texto “A construção de uma comunidade pedagógica, um diálogo”, publicado no livro “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade” (1994), um ensaio em formato de conversa com seu amigo e professor Ron Scapp, em que os dois tecem juntos considerações sobre as possibilidades comunicativas em sala de aula. Segundo a autora, esse intercâmbio dialético permite o nascimento de novos saberes, que desemboca na possibilidade de novas intervenções úteis, que se transformam em ações para diminuir as distâncias erguidas pela raça, pelo gênero, pela sexualidade, por tantas outras opressões e marcadores que fazem de nós corpos dissidentes em relação à normatividade, e que diminuem nossas potências nos espaços educacionais.

A partir desta ideia, criaremos um código com as iniciais de nossos nomes para demarcar o diálogo e manifestar quem está falando no texto. Mari Costa será representada por M.C. e Lucas Dantas será representada por L.D. . Dessa forma construiremos a partir de um referencial teórico formado por autores trans e anti/contra/decoloniais² uma reflexão sobre o que nos mantém no espaço educacional, o que nos faz querer trabalhar com as questões de gênero e sexualidade, o que nos move e nos instiga a viver como vivemos, por que nos encontramos e por que mantemos nossa comunicação acesa, aberta, compartilhada em oralidade, em escrita, em ação, em sementeira.

Assim, com essa metodologia dialógica e colaborativa, manifestamos que essa comunicação é uma celebração de nosso existir - juntas e - em dissidência dentro das instituições formais, e também uma elaboração das forças de trans-formação que residem na reivindicação de vivências/histórias/narrativas/povos/corpos ancestrais nos debates das formações de trabalhadoras da escola.

Frente as narrativas ultraconservadoras que a educação atravessa, em que a palavra gênero é cortada de documentos oficiais, em que termos como “ideologia de gênero” são criados para causar pânico moral e perseguir as discussões de gênero e sexualidade na escola, em que a perseguição de discussões sobre direitos humanos se faz recorrente no cotidiano escolar, demandamos a

¹ Escolhemos respeitar o processo de autonegação das autorias por isso neste trabalho bell hooks e tatiana nascimento aparecem em caixa baixa.

² Aqui a importância é em referenciar alguns movimentos que questionem as ordens coloniais independente de suas nomenclaturas. Ainda que saibamos que os conceitos podem trazer divergências entre si, aqui nos cabe destacar as similaridades contra o projeto colonial.

reconstrução de nossas humanidades. Demandamos um olhar - e uma prática – transestral e contra-colonial para os espaços da educação, a partir da perspectiva de Nego Bispo (2015) de contracolonizar, contrariar o colonialismo, que se apresenta cada dia mais vivente, mais sofisticado, que nomina lugares, pessoas, gestos, que guerreira também com a linguagem. Contra-colonizar seria então o antídoto para o veneno da colonização, do colonialismo, ao mesmo tempo que transestralar seria o antídoto para o veneno da cisgenerização e heterossexualização compulsória dos corpos. Uma alinha transestral e contra-colonial.

Portanto, é a partir da troca de nossas vivências, e no diálogo com referências trans, negras, indígenas, brasileiras, que estabeleceremos o conceito de transestralidade e contra-colonialidade, para investigarmos as possibilidades de sua articulação no resgate de nossa historicidade dentro de formações de profissionais e da possibilidade de construirmos uma outra educação.

2 Um diálogo Transestral

M.C.: Começamos com nosso encontro, meu e seu, Lucas. Nos conhecemos despretensiosamente em uma oficina de dramaturgia para depois - nas encruzilhadas da vida, das redes - nos reencontrarmos no vigor das discussões sobre educação. Eu, professor da rede municipal de São Paulo. Você, professore no Instituto Singularidades. Nós, pessoas trans. No ocupar de espaços e borrar de fronteiras, temos nos fortalecido em formações de professorias sobre temas relacionados a diversidades de gêneros e sexualidades. Temos reivindicado nossos próprios corpos para presentificar uma historicidade apagada pelo colonialismo. Temos encontrado sentido em pesquisar, trocar e compartilhar nossas transestralidades, na esperança de que nós - corpos LGBTQIAP+ - também façamos parte dos conteúdos e currículos da educação básica até a educação superior.

L.D.: Quando te conheci Mari estava desesperada, estávamos numa oficina repleta de pessoas cisgêneras e em sua maioria heterossexuais. Muitos conteúdos eram transfóbicos e nosso queixo caía junto. Foi nessa angústia que nos juntamos e decidimos fazer algo com o que estava sendo feito de nós. O próximo passo foi um convite que eu te fiz para ministrar uma aula na minha oficina de literatura no projeto Transcidadania³ em São Paulo. Dessa vez não tínhamos angústia e nem disforia, tínhamos potência e euforia. Estávamos em mais de 30 pessoas trans, travestis e não binárias, falando e fazendo poesia. Nosso terceiro encontro foi na educação, quando percebemos que essa era uma outra batalha, e que neste exército não bastavam apenas as nossas espadas.

M.C.: Foi em um encontro de planejamento para uma de nossas oficinas de formação que você me apresentou o conceito *transestralidade*. Acredito ser um ótimo ponto de partida para nossa discussão. Naquela época, mesmo sem ter conhecimento sobre o termo, eu já me embrenhava nessa necessidade de reconstrução de historicidade. Eu sentia - sinto - essa latência em comprovar que nossa existência dissidente é secular, na contramão do argumento esvaziado de que somos uma nova moda, de que a corpa LGBTQIAP+ é uma invenção da modernidade. E sinto cada vez mais alívio ao ver publicações e registros de pessoas trans, sobretudo, resgatando nosso passado. Percebo um movimento coletivo, um esforço de nós mesmos no reconto desta versão única da história cishetero,

³ O Projeto Reinserção Social Transcidadania acontece na cidade de São Paulo (Brasil) e tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

branca e patriarcal. Como você enxerga esse movimento? Você acredita que esse conceito da transcestralidade é uma espécie de chamada a algum tipo de coletividade?

L. D.: A primeira vez que ouvi a palavra Transcestralidade foi numa peça de teatro da atriz e transpóloga Renata Carvalho. Nessa peça, denominada “Manifesto Transpofágico”, ela dizia: o meu corpo veio antes de mim. Essa frase ficou ecoando na minha cabeça, fiquei pensando em tantas e tantas outras, outres, que existiram antes de nós, que resistiram antes de nós. Tybyra do Maranhão, Xica Manicongo, Madame Satã, Brenda Lee, João W. Nery, e tantas outras transcestralidades que a educação apaga, que a história da colonialidade apaga. Eu nunca pude ouvir o nome delus na escola, nunca soube da existência de nenhuma dessas existências, isso causou em mim durante uma grande parte da minha vida um adoecimento. A omissão me causou repressão, e minha euforia virou disforia. Reconhecer transcestralidades é reconhecer que existimos desde que o mundo é mundo, enquanto não sabemos disso nos escondemos no armário, não vemos nossos pedaços pelo mundo. Mas o armário, como nos diz Megg Rayara (2017), é também “uma trincheira que permite uma tomada de fôlego para reunir forças para continuar um enfrentamento que não terá fim” (p. 175). E nesse enfrentamento é bom que nos unamos, me vejo nessa tarefa, unir o passado e o presente, a distopia e a utopia, a realidade e a reciprocidade da nossa troca, unir os pedaços de nós pelo mundo, unir o que perdemos, unir as frestas, as brechas e as lacunas para que elas nos tragam um novo portal. E ao mesmo tempo me pergunto: é nosso dever contar essas histórias na escola?

M.C.: Existe uma palavra mais urgente que dever? E ao mesmo tempo me pergunto: quem constitui esse “nós” quando engendramos essa frase “nosso dever”. Me pergunto isso porque recorrentemente essa responsabilidade recai sobre os ombros das pessoas mais subalternizadas pelos sistemas de opressão, como se coubesse a responsabilidade para o lado mais fraco; como se coubesse a transgeneridade resolver a transfobia (a negritude o racismo, etc). Então eu aproveitaria essa pergunta para convocar a cisgeneridade – em toda sua diversidade – a se responsabilizar pela re/construção, re/conto e compartilhamento dessas narrativas.

Me pulsam os relatórios da ANTRA⁴ e do IBRAT⁵, e o tanto de mortes de pessoas trans que temos registradas no Brasil, a relação dessa vulnerabilidade com o mercado de trabalho restrito ao imaginário da prostituição e do consumo pornográfico para essas corpos, a invisibilidade/ininteligibilidade de nossos existires e a relação com o suicídio. A escola lava suas mãos toda vez que naturaliza a diferença sexual como dado biológico, como verdade inata. A escola se torna assassina a cada instante que premedita os corpos e os comportamentos segundo as ordens de consumo e de poder. A escola é a gênese de tantos genocídios e epistemicídios toda vez que pressupõe que existem universalidades, padrões, corpos e significados fixos. Toda vez que produz filas de meninos e meninas, que pressupõe interesses e papéis sociais baseados na genitália ou expressão de alguém.

Quando eu tive o privilégio de conhecer João W. Nery, no primeiro Encontro Nacional de Homens Trans⁶, em 2015, eu não tinha noção do quanto o corpo dele constituía o meu. O quanto dos processos sociais que usei - e uso - para acessar meu próprio corpo - terapia hormonal, direito ao próprio nome, permissão de uso de banheiros públicos - tinham partido dele. Dele e de todes

⁴ Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Acesso aos relatórios e outras informações em: <https://antrabrasil.org/> (acesso em: 04/10/ 2024)

⁵ Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Acesso ao relatório e outras informações em: <https://www.facebook.com/institutoibrat/> (acesso em: 04/10/2024)

⁶ O Primeiro ENATH aconteceu na Universidade de São Paulo em 2015 e foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

presentes nos movimentos de pessoas trans e travestis. Pessoas LGBTQIA+ que através das próprias dores se muniram para a batalha da política pública. Você consegue calcular transicionar na ditadura? Enveredar na travessia sem ter nenhuma referência ou epistemologia para se basear? É incrível pensar nessa pessoa que foi praticamente a responsável por difundir termos como “homem trans” ou “trans-homens” pelo país, nessa pessoa que começou a fazer – por iniciativa própria – um levantamento minucioso de pessoas transmasculinas pelas redes sociais quando tudo era mato, e quando a gente nem sonhava em se nomear assim. Daí quando eu penso que tive a oportunidade de conhecer João em vida, mas não sabia da importância dele em mim, dói.

Sinto um débito muito grande da história conosco. Essa história privilegiada contada nos livros didáticos que ainda sinaliza que os portugueses descobriram o Brasil. Desde cedo somos reduzidos aos moldes brancos cisheterossexuais da colonização, afinal, fomos descobertos e não nos é permitido existir sem o olhar - sem a delimitação - do outro. Então, algo de raivoso desponta em mim quando penso que perdi a oportunidade de entender quem era Nery quando estive com ele, quando penso que aprendi tardiamente por conta dos apagamentos. E daí eu cobro essa dívida da escola. Cobro das lacunas que nos deixaram com essa história mal contada.

L.D.: Acredito que esse projeto de ter uma história mal contada é um projeto pensado, praticado e endossado por aqueles que resistem ao próprio Brasil. Se pensarmos que o Brasil é plural, diverso e que aqui coexistem uma multiplicidade de raças, religiões, identidades, gêneros e sexualidade, vamos perceber que são eles que estão resistindo a nós, que resistem à própria realidade brasileira. A diversidade não é um conceito, ela é uma realidade, nós existimos, nós vivemos, nós atuamos. Se a escola se propõe a trazer conhecimentos sobre o mundo e sobre o território, quando você anula essa diversidade não normativa você age como se ela não existisse. E isso não é nada científico, visto que a ciência parte da realidade para construir seus resultados.

M.C.: Você não acha que esse papo tem a ver com àquela ideia antiga e higienista da nossa história sobre identidade nacional? Nesses termos acredito que o Movimento(s) Negro(s) tem construído metodologias há décadas para pensar criticamente nossos processos históricos e possibilidades de mudança social. Aqui a ideia da miscigenação se deu de forma bastante específica na intenção de gerar dissolução e apagamento para as populações e culturas negras. Quando lemos Clovis Moura (1983), Kabenguele Munanga (1999) e Sueli Carneiro (2011), percebemos que a projeção da branquitude como ideal nacional é parte estratégica na produção do racismo e das diferenças de classe. Criar um tipo de corpo/existir único para representar a identidade brasileira não foi somente um exercício de genocídio em termos de raça, mas também de gênero/sexualidade. Neste projeto eugenista os corpos negros não foram perseguidos sozinhos, mas todos aqueles que dissidiam das normas binárias de gênero e da diferença sexual imposta pela colonização. Tatiana Nascimento fala sobre essa imbricação de gênero e raça como herança colonial em “Cuir lombismo Literário”, e na verdade não faltam fontes – mesmo diante de todo apagamento – sobre a perseguição de corpos LGBTQIA+ desde a colonização.

Se pensarmos nos registros de Tybyra do Maranhão, Xica Manicongo, Madame Satã, Cintura Fina, Tomba-Homem, Yayá Mariquinhas, Dorival Reple - como nos contam Jaqueline Gomes de Jesus (2017), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e Luís Morando (2022) – percebemos rapidamente que a LGBTfobia se apresenta em nossas terras desde os processos colonizatórios, dentro daquela necessidade de determinar os outros a partir de uma suposta prática-identidade-parâmetro universal. Se pessoas como nós sempre existiram – e existiram com certa dignidade em povos pré-colonização –, o que mudou foi a territorialização de nossas vivências como algo abjeto, antinatural, anormal. E a escola - e o currículo - infelizmente ainda lidam com a cisheterossexualidade como parâmetro de normalidade, junto com outros marcadores como raça, território, classe social, etc.

L.D.: Concordo plenamente. Essa história está toda imbricada, como um grande nó, um grande emaranhado de fios que não se soltam. Não tem como contar a história do Brasil sem falar de racismo, de escravização, de genocídio, de epistemicídio, de intolerância religiosa, de execução dos chamados sodomitas. Esse projeto tem uma raça, um gênero, uma sexualidade e um deus a ser seguido, é uma raça branca, um gênero cisgênero, uma sexualidade heterossexual e uma religião cristã. Não atoa Xica Manicongo além de negra, travesti, era também feiticeira kimbandeira. É preciso matar tudo aquilo que não era o rei, a lei e a fé de Portugal, era preciso colonizar, embranquecer, cisgenerizar, heterossexualizar. Por isso sempre digo que nós, corpos dissidentes, temos mais a ver uns com os outros do que imaginamos. Esse é o Brasil em que fomos forjades, essa é a história que não se separa, essa é a narrativa que desaparece diante das narrativas colonizadoras de tentar construir uma nação com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, como proposto pela ultradireita bolsonarista brasileira. Nossa história é sobretudo a história das resistências, dos quilombos, das revoltas, dos levantes, nossa história também é preta, indígena, cigana, quilombola, travesti, transcestral, defixa, macumbística, nós estamos aqui para vingar o silêncio e fazer desta terra movimento, encanto, contra-colonialidade.

3 Gênero, sexualidade, educação e contra-colonialidade

M.C.: Minhas experiências em sala de aula me convencem que meu corpo estranho é potência dentro da relação com os estudantes. Frequentemente minha marginalidade se encontra com a delus nesse meio de campo, e desses esbarramentos é que muitas vezes tiramos as reflexões mais complexas, mais significantes. Muito rapidamente entendi que os enfrentamentos não viriam da relação com eles, mesmo porque minha prática como professora é de afeto - de afetar e ser afetado. A transfobia ecoa de agentes adultos da escola que se recusam a entender que todos nós fazemos parte desse jogo de poderes, que todos nós estamos implicados num sistema de sexo-gênero pautado na diferença sexual (Preciado, 2020). Negar nossos corpos, negar que temos possibilidade de escolher quem somos e os papéis e performances que queremos para nós, é manter o que Berenice Bento chama de *heteroterrorismo* (2012). Essa ideia insistente de que existe uma normalidade e que ela é exclusiva das pessoas cisheterossexuais. Acho que é daí que vem essa minha inquietação de trabalhar diretamente com minhas colegas de trabalho, de pensar nas urgências das nossas formações - iniciais e continuadas. De provocar a responsabilidade das pessoas educadoras, como agentes de elaboração e implementação de uma política pública que pare de no matar.

L. D.: Acho que é isso o que está em jogo, porque quando nos privam de conhecer as referências não normativas nos privam de conhecer a gente mesmo. E sem isso a gente segue sem uma direção possível de imaginar uma existência consagrada, porque vivemos num mundo onde somos o exemplo da profanação, o mundo onde ser homossexual era doença até 1990, onde ser uma pessoa trans era doença até 2018, um mundo onde - segundo o Grupo Gay da Bahia (2023) - uma pessoa LGBTQIA+ morre a cada 34 horas, que coloca o Brasil como o responsável por mais da metade das mortes de pessoas LGBTQIAP+ do mundo, um mundo onde - segundo a ANTRA (2021) - 90% da população trans e travesti vive da prostituição, onde - segundo a ABGLT (2016) - 83,9 % dos estudantes rejeitam alunos LGBTQIAP+ na escola. E eu fico pensando, será que esse mundo não nos quer? Ou será que é esse mundo que queremos? Me vejo nas palavras de Ventura Profana (2019) “Mata o mundo, pra não morrer”.

Talvez tivéssemos que matar esse mundo onde nossa existência é inexistência. As pessoas nos perguntam por que sempre falamos disso, nos chamam de militantes, militudos, ativistas, chatinhos, mimizantes, agressivos e raivosos. Mas nós temos a possibilidade de não falar sobre isso? Existe a possibilidade de ser um educador trans e passar despercebido pela escola? Existe alguma possibilidade de prosperarmos com vida se não matarmos esse mundo onde somos condenados à

morte? A gente precisa matar para não morrer, matar esse projeto de silenciamento, ausência, apagamento, esse mundo de genocídio curricular, de portas de banheiros fechadas para a nossa experiência, de humilhações constantes em torno do nosso gênero, de um excesso de olhos nos olhando para nos enquadrar, o mundo das normas binárias, cisheteroterroristas, colonais.

Mas esse é também o nosso mundo, essa é também a nossa escola, esse também é o nosso currículo. E existe uma ação transgressora quando não desistimos do mundo, da vida, da escola, de nós mesmas. É por isso que estamos aqui juntas e tornamos a escrever e reescrever essas palavras, de produzir escrevivências.

MC: Acho bastante importante olharmos para metodologias e conceitos que nos ajudem na construção e circulação desses conhecimentos outros; esses conhecimentos que vem para questionar este mundo colonial. Quando Conceição Evaristo (2020) elabora e pratica o conceito de Escrevivência, ela cunha o termo pensando na escrita de mulheres negras e pobres que fazem pela literatura uma espécie de virada narrativa perante a versão racista que os colonizadores construíram. Faz parte da metodologia da Escrevivência retomar a figura da Mãe Preta – retratada como o elo da democracia racial, da passividade e da subserviência – com humanidade através de elaborações estéticas negras contemporâneas. Tem a ver com a possibilidade de re-olhar e re-construir o passado através de um olhar literário para possibilidades outras no presente-futuro.

Ainda que sejamos dois corpos brancos em diálogo, há uma forte necessidade de referenciar a metodologia de Conceição Evaristo, porque enquanto pessoas trans nesse exercício de entrar em contato com histórias transcestrais, acabamos por remontar, de certa forma, uma virada narrativa, uma reivindicação daquilo que você anunciava: esse currículo, essa história, essa terra também é nossa.

L.D.: Essa terra também é nossa. E habitá-la é ter que incorporar “o feitiço que nos permitirá falar em duas ou mais línguas ao mesmo tempo: uma que confronta a mordada imposta pelos guerreiros da moral conservadora; e outra que nos leva para além do que eles haviam planejado para nós” (MOMBAÇA, 2017).

E eu sinto que é isso que faço no meu trabalho com formação de professorias no Instituto Singularidades e em tantos outros espaços, falar em duas ou mais línguas, falar a língua que destrói e a língua que constrói. E sinto que essa é a grande língua da educação, a formação de professorias. Porque é ali que tudo acontece, é ali que podemos instrumentalizar aqueles que desejam destruir e construir esse mundo, aqueles que podemos chamar de aliadas, que comprem a briga que é falar de gênero e sexualidade na escola. É na formação de professorias que podemos vislumbrar a dimensão do tamanho da luta, mas sobretudo nos armar para combatê-la da melhor forma possível. Porque eles virão, para desdizer o que dizemos, para nos ameaçar, nos colocar contra a parede, para manipular aqueles que estão às nossas voltas. E nós criaremos linhas de fuga e enfrentamento, estratégias de continuidade do nosso trabalho com a inclusão, as questões de gênero e sexualidade, a diversidade.

M.C.: É incrível essa ideia das duas - ou mil - línguas, e do nosso pertencer ao limiar. Me lembra Preciado (2022) quando ele conta que aprendeu a língua do patriarcado colonial para poder se comunicar com os Homens. Um habitar constante de mundos incontáveis. Transformamos nossas células corporais em explosão comunicativa. O que narramos, e como narramos, pode tecer potências de alteridade. E então colegas possam - talvez - assumir sua responsabilidade como agentes nesse sistema, agentes que tomam decisões, que se comunicam, que projetam e praticam formas de viver. Gosto de dividir as experiências do meu corpo porque são elas que me fazem acessar os outros corpos. A vulnerabilidade tem uma capacidade de transformação erroneamente subestimada no nosso mundo ocidental.

Mas nem sempre é possível estar disposto e vulnerável a oferecer meu corpo num mundo que não faz do gênero e da sexualidade assunto obrigatório nas formações iniciais e continuadas das pessoas professoras. Parece um lutar contracorrente constante porque essas investidas conservadoras nos últimos anos têm dado um caráter quase marginal para o nosso trabalho. Primeiro que eu raramente sou pago quando em convidam para ir às escolas falar com as equipes. Me angustia profundamente a falta de interesse público e de estrutura que temos para oferecer um conhecimento que é direito e dever de todes, mas que a hegemonia se recusa a aprender.

Grata surpresa é quando nesses encontros formativos, cruzo com gente que também se comunica no limiar, que pertence às fronteiras. E me lembro, no tremor da potência de mutação, que nós existimos muitos em sala de aula. Corpos LGBTQIA+ estão sim nas salas de professorias e gestorias. Nos interessa fazer da educação a nossa educação, para matar esse mundo pelo afetar, pelo diálogo. Matar esse mundo em rede de colaboração, para mostrar que o medo é fruto do facismo e não de nossas práticas. A nossa arma é reivindicar o debate - e o embate - sem correr o risco de perder tudo o que somos. É recontar esse mundo a partir de um milhão de pontos de vistas, e acabar com esse dispositivo da normalidade.

Quando nós nos juntamos entre professorias LGBTQIA+ sinto uma segurança latente. Foi só quando encontrei pares que fortaleci minhas práticas libertárias em sala de aula. Estando em rede que elaborei que o medo que eu sentia não se relacionava a mim, mas era estratégia de dominação daqueles que querem delimitar meu eu - nosso nós. Em conexão, os entornos mudam mais rápido. Não devem pressupor que não pertencemos aos lugares que já ocupamos. Enquanto eles nos apontam suas técnicas de destruição, nós responderemos com sentido, com o relato de tantas histórias, com afeto. E com tudo aquilo que os estudantes podem reconhecer em nós e estão ansiando por debater, expressar, experimentar. Quando aparecem palavras como gênero ou sexualidade na minha sala de aula, é onde o deleite começa. São muitas as narrativas que as crianças e adolescentes trazem na sede de discutir um assunto que ainda aparece como tabu. Mas quando elas me olham e me entendem elas sabem que aquele é um lugar possível. E nos multiplicamos encontrando pares, multiplicamos nossa comunidade dialógica e pedagógica para uma multidão de anormais, uma multidão cansada da devastação e desejosa por construir alguma mudança social.

L. D.: Não há uma educação possível sem a presença de corpos dissidentes, sem a presença de pessoas trans, travestis, não binárias, negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, e uma série de outros corpos não hegemônicos que revelam essa outra camada do Brasil. Ocupando as carteiras, as mesas, a direção, a coordenação, as universidades, fazendo pesquisas, produzindo ciência, habitando todo o espaço educacional. Assim como não há uma educação possível se derramarem sobre nós, e colocarem nas nossas costas, toda a responsabilidade de trabalharmos esse viés contra-colonial na educação. Esse precisa ser um comprometimento de todes! Sejamos trans ou cisgêneros, LGBTQIAP+ ou heterossexuais, esse presente colonial - como nos elucidou Ailton Krenak em *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo* (2019) - chegou nos braços de todos nós, abrimos, vivemos e agora é preciso encarar: qual é o mundo que queremos? Qual é a formação que queremos? Qual é a educação que queremos?

4 Conclusão

A importância da tomada da palavra por aqueles que vivem nas encruzilhadas das subalternidades é o que potencializa as experiências de alteridade dentro de processos de formação de professorias. Reivindicarmos nosso lugar no reconto de nossa história é parte fundamental da reconstrução do currículo e dos conteúdos da educação - básica ou superior. Ao exigirmos o lugar de sujeito, permitimos que as experiências de opressão se tornem terreno para investigação de metodologias, de reflexões, de mudança de relações/linguagens/pressupostos.

Assumir, aprender, conhecer transcestralidades é processo de construção de autonomia para corpos marginalizados há séculos, mas não só. Ainda que nossas existências vibrem com o sentido de nos encontrarmos em nós mesmas, a potência se amplia para além de nós. Evocar transcestralidades é uma tentativa de des-cindir esse mundo colonizado, de abrir as brechas nos terrenos mais fixos, de reencantar o mundo desfazendo suas certezas sobre os papéis que têm nossos corpos a partir de imagens estéticas e suas funções para o capitalismo. Trazer esse conhecimento para dentro da escola se estende muito além da questão do gênero: estabelece um esforço de mudança de perspectiva, de questionamento das pretensas universalidades.

Não podemos nos contentar mais com as imagens de poder que recaem nas nossas cabeças desde o nascimento, exaltando a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade, o cristianismo, colocando essas como as únicas possibilidades de viver a vida, de existir, de trilhar um caminho. Essas imagens se repetem, se reconstroem, a cisheteronormatividade faz sua manutenção todo dia, ela é a referência para tudo. Então precisamos matar o mundo para não morrer, abrir esse presente colonial e destruí-lo em mil pedaços, com a certeza de que nos calvários da transcestralidade encontrarão nossos corpos pedindo justiça. E a justiça é o que podemos fazer todos os dias quando escolhemos quem serão as referências da nossa pesquisa, qual a temática da nossa aula, qual currículo escolhemos para preencher a nossa formação, o que vamos assistir, o que vamos ouvir, o que vamos ler, o que vamos absorver desse mundo.

Justiça é a nossa presença nos espaços educacionais, resistindo em meio a transfobia que nos assola desde o momento em que saímos de casa, em que colocamos os pés no ônibus, no metrô, na rua. Justiça é ser uma referência trans viva, num país de mortes constantes, dentro de uma escola. Justiça é termos o direito de viver e sermos representados por livros, por filmes, por músicas, por projetos, por políticas, por saberes, referências e pulsões contra-coloniais. Justiça é não adoecermos mentalmente por vivermos num mundo cooptado pelo cisheteroterrorismo. Justiça é a possibilidade de fazer com que nossos adolescentes trans não sejam expulsos da escola, mas que permaneçam, que vivam, que conheçam o que é o respeito e o amor, mesmo que o mundo lá fora mostre o contrário, que a escola seja esse espaço de subversão, de subverter a dor em amor, a dor em potência. Justiça é contra-colonizar e transcestralizar a educação, questionar sua binariedade, sua branquitude, seu capacitismo, seu machismo, seu apagamento, seu endossamento colonial.

Questionar isso tudo é o que fará com que possamos imergir numa ótica contra-colonial de gênero e sexualidade, para que possamos ver para além da colonialidade. É o que fará com que possamos ler mais o que pessoas trans escrevem, o que pessoas negras escrevem, o que pessoas indígenas, com deficiência, dissidentes nas margens do mundo, escrevem e produzem. É o que fará com que possamos emergir numa identidade nacional que seja a própria multiplicidade, e não mais uma ideia una de corpo e papel social. É desse lugar que sairá um diálogo transcestral para que possamos criar intervenções úteis e conscientes dentro da estrutura de poder que vivemos. A educação é a possibilidade de transver a história, de encantar o desencantamento. Se todo educadore passa um dia pela formação de professorias, pelas graduações desse Brasil, então lá é o começo de tudo, é lá

também que precisamos ocupar, para podermos nos expandir por cada sala de aula, da educação infantil ao ensino superior com um outro saber, um outro poder, uma outra tática, uma outra rede.

Esse diálogo é uma grande provocação a nós mesmas, uma espécie de manifesto de quem vive e revive transformando dor em potência para as próximas gerações, num desejo de que este encontro seja apenas disparador de tudo que ainda possamos construir em rede, em diálogo, em encontro, em vivência! A transcestralidade – nosso existir dentro da história brasileira – pede que possamos ter vida para reconstruir o passado, estando no presente, reelaborando um outro futuro, transcestral e contra-colonial, começando pela educação.

Bibliografia

- ABGLT. (2016). *Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Escolar no Brasil*. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/> Acesso em: 30/8/2021
- Bento, B. (2011). *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Estudos Feministas, Florianópolis, v19(2): p336.
- Benevides, B. G.; Nogueira, S. N. B. (2021). (Org.). *Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 136p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 31/11/2023
- Bispo, A. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília/ DF: INCTI/UNB.
- Carneiro, Sueli (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro
- Evaristo, Conceição (2020). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- Grupo Gay Da Bahia. (2023). *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil – Relatório 2023*. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf> Acesso em: 10/11/2024
- Hooks, b. (2017). *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Jesus, J. G. de. (2019). *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*. ReDoc, Rio de Janeiro, v3(1): p250.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, SP: Companhia das letras.
- Mombaca, J. (2017). *Sob Butler: Cruzando a Distopia Brasileira*. Disponível em: <https://monstruosas.milharal.org/tag/jota-mombaca/> acesso: 02/05/2021
- Morando, L. (2022). *Ser homem trans no Brasil no começo do século XX: o caso Dorival Reple*. In: Prado & Freitas (orgs). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Moura, C. (1983). *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, t. (2019). *Cuírlombismo Literário*. In: *Série Pandemia: Reexistir*. São Paulo: N-1 edições.
- Nery, J.W. (2019). *Viagem Solitária: A trajetória pioneira de um transsexual em busca de reconhecimento e liberdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Leya.
- Oliveira, M. R. G. de. (2017). *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. – Salvador: Editora Devires, 2020
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Profana, V. (2020). *Um novo nome*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ventura-profana/um-novo-nome/> acesso: 06/12/2021